

IMAGENS DO SILÊNCIO: MULHERES INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA LOCAL
CATARINENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX*

**Katiúscia Maria Lazarin

Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa: “*Índias pegas a laço*” *Mulheres indígenas na construção etnohistórica de Santa Catarina: em busca de memórias e trajetórias*. Projeto coordenado pela Prof^a. Dr.^a. Cristina Scheibe Wolff cuja proposta geral é documentar a memória e a trajetória de mulheres indígenas incorporadas à sociedade “branca” em Santa Catarina, discutindo estas memórias no contexto das representações étnicas regionais e da problemática das relações entre gênero e etnia na construção de identidades e hierarquias.

Uma das fontes analisadas foi a produção historiográfica de âmbito municipal catarinense. Buscando por mulheres indígenas nestas obras, ficou explícito o silêncio em relação a elas. A primeira coisa que veio ao pensamento foi: não há nada a dizer sobre a contribuição destas obras para os objetivos da pesquisa, a não ser que mulheres indígenas não aparecem nos relatos reproduzidos pela historiografia local catarinense sobre o ‘confronto’ entre colonos e indígenas.

No entanto, isso seria permanecer no mesmo e fugir à problematização de uma idéia que continua arraigada no senso comum, segundo a qual o sujeito da história é o Sujeito Humano Universal. Ou seja, seria aceitar os cômodos pressupostos do pensamento iluminista cartesiano e deixar de enveredar pelo “terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças, pontuado de ambigüidades sutis que é preciso discernir, iluminar, documentar, mas que resistem a definições. (...), já que mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados do que construir marcos teóricos muito nítidos.”¹

Além disso, a inquietação produzida pelo fato de saber que elas existiram, que elas estavam lá, que certamente participaram do contexto histórico de confronto entre colonos e indígenas no estado, não deixava abandonar a questão das mulheres indígenas na historiografia local catarinense. Passei então a refletir sobre como e por que se produziu e continua a se produzir esse silêncio.

A partir disto se fez necessário, antes de tudo, explicitar brevemente o que vem a ser o que chamo de historiografia local catarinense.

A historiografia catarinense, a chamada ‘oficial’, se manteve por muito tempo afastada da história dos ditos ‘excluídos’. Suas obras seguiram a uma concepção tradicional da história, com sua narrativa linear dos fatos enfocando os grandes feitos políticos e grandes personalidades. Hélio

Cantalício Serpa, ao escrever sobre o papel do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na construção da ‘Identidade Catarinense’, já nos alertava para o fato de que “Seus discursos defendiam que o conhecimento do passado de homens ilustres contribuiria para a formação de um presente edificador e um futuro promissor, já que a História seria ‘mãe e mestra’.”² É essa concepção, filha do Iluminismo, que se pretende objetiva, imparcial, que apenas descreve e se furta a analisar e lançar questões aos acontecimentos, que orienta a maior parte da produção histórica local catarinense. Produção que é composta por obras que se propõem a contar a história de cada município e de sua gente e que podem, portanto, ser denominadas como obras de “abordagem local tradicional”.³

Esta visão tradicional da história, predominante por quase todo século XX, ainda hoje é usada por muitos desses autores de histórias municipais como modelo. Essa realidade é determinada, na maioria dos casos, não só pelas expectativas e intenções dos patrocinadores dessas obras, geralmente pessoas influentes econômica e politicamente no município, pessoas que desejam ler narrativas que exaltem e enalteçam os feitos de seus antepassados e os seus próprios; é uma realidade fruto também, pura e simplesmente, do desconhecimento de outras maneiras de escrever e ver a história.

No entanto, essas obras de âmbito municipal, “podem ser extremamente úteis ao estudo da História de Santa Catarina”,⁴ não só pelas ricas informações mas também porque espelham as representações que povoam o imaginário da população, de forma mais viva e próxima. São histórias construídas, na sua maioria, por historiadores amadores, geralmente filhos da terra que cultivam uma profunda ligação com os munícipes e, por esse motivo, apesar de seguirem os moldes da história tradicional e se basearem em documentos oficiais, se preocuparem com datas políticas significativas, dados econômicos e famílias ilustres, acabam fornecendo um panorama bem próximo do que pensam e qual a visão de mundo daquela comunidade. A história local, nas palavras de Raphael Samuel, “dá ao pesquisador uma idéia muito imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes. Seguir suas pegadas nos campos.”⁵

Assim ao analisar os relatos presentes sobre o confronto entre colonos e indígenas nestas obras e perceber a ausência de certos sujeitos por suas páginas pode-se acabar chegando a conclusão de que as mulheres indígenas por exemplo não fizeram parte do ocorrido ou não foram tão importantes a ponto de figurarem na memória dos que hoje contam a história. As reflexões sobre a historiografia local acabaram desse modo me conduzindo ao campo das incertezas, e estava eu agora, a deparar-me com duas dificuldades teóricas: o silêncio e a memória. Se faz necessário deixar claro que não é interesse relacionar silêncio e memória apenas como uma questão de simples esquecimento. Pois que nem o próprio esquecimento pode ser visto de forma tão simples. Ao

analisar a questão da memória em Proust e Nietzsche a Prof^a. Dr.^a Jaci Alves de Seixas⁶ nos lembra que o esquecimento não pode mais ser visto como uma ‘falha da memória’, pois, a memória brota e flui exatamente do manancial do esquecimento que a alimenta e a fecunda. Deste modo, temos que o passado vivido jamais poderá ser reencontrado, portanto a memória não é capaz de o reconstituir, mas sim ela o recria diferente e atualizado. Lembramos o que vivemos no passado com as idéias e visões de mundo que possuímos hoje, é através do filtro da memória e do esquecimento que precisamos olhar para esses relatos.

Pensar a memória como uma construção do presente leva a ver estas histórias, objeto de minha análise, em parte como fruto da lembrança do que aconteceu de acordo com os habitantes locais, mas o modo como são lembradas e construídas depende da visão que se tem atualmente sobre os fatos ocorridos. Ecléa Bosi nos fala, baseada na leitura de Halbwachs⁷, que “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.”⁸ A memória assume então papel importante na construção, reprodução e manutenção dos discursos veiculados pelas obras aqui analisadas, principalmente pelo fato de seu funcionamento se cruzar e se confundir com o silêncio. O que não se quer lembrar, se silencia.

Pensar o silêncio trazia ainda mais dificuldades. Chamar a atenção para o fato de que as mulheres indígenas não eram levadas em conta nos discursos sobre o confronto e ainda mais nos discursos que constroem o ‘outro’, neste caso o indígena catarinense, poderia ser contestado pela questão do implícito e do óbvio. Ou seja, poderia argumentar-se que ao falar no ‘índigena’, ‘aborígene’, ‘bugre’, obviamente estaria referindo-se a homens, mulheres e crianças indígenas. Na análise do discurso, de acordo com Eni Orlandi,⁹ a noção de implícito além de permitir dizer coisas como se não as tivéssemos dito, também permite justificar o não-dito, a ausência, a falta, assim o silêncio seria o que não é preciso ser dito. E isto foi justamente o que se procurou questionar nos textos analisados. Frente a isso Eni Orlandi propõe conceber o silêncio de modo diferente, o silêncio não como ausência de sons ou de palavras mas sim como o silêncio fundador ou fundante, aquele que atravessa as palavras, melhor dizendo, as palavras trazem em si o silêncio.¹⁰ Essa concepção de silêncio permite chegar ao silenciamento, ou seja, uma política do sentido, na qual ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. “É o anti-implícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’.”¹¹

Somando-se a estas considerações, a teoria feminista vem oferecer instrumentos para auxiliar na análise da produção historiográfica. Comentando em relação ao papel da história das mulheres na modificação da ‘história’, Joan Scott pondera que ela acabou por expor a hierarquia implícita em muitos relatos históricos, implicando questões como: “Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as

ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante?”¹²

Uma leitura destes textos, através destas considerações permite um novo olhar sobre a questão da ausência das mulheres indígenas na maior parte das obras historiográficas de âmbito municipal. É o que tento mostrar a seguir.

Na maioria dos textos encontrados nas obras de abordagem local tradicional sobre os indígenas e o confronto com os colonos, a descrição sobre o indígena é genérica e marcada com atributos considerados socialmente como masculinos – valentes, belicosos, perigosos. Talvez, por tratarem-se os textos na sua maioria do contexto de embates, no qual presume-se que as mulheres não participem. Além de sabermos que nem sempre isso é verdade, mesmo nos textos em que não são mencionados embates e que descrevem as sociedades indígenas envolvidas é rara a diferenciação entre homens e mulheres, são apenas ‘os bugres’, os Botocudos, os Xokleng.

Essa linguagem, sempre no coletivo masculino não é característica apenas destas obras que seguem a concepção tradicional de história, ela está no próprio contar-se da sociedade, o que podemos atestar pelos textos jornalísticos da época do confronto, um exemplo é esta notícia veiculada pelo Jornal O Dia de Florianópolis em 28/03/1905:

*“Chegaram ontem a esta capital quatro pequenos bugrinhos, capturados na margem do Rio Turvo em Araranguá, pela expedição do Sr. Manoel Verissimo da Rocha, que os trouxe até aqui. São todos do sexo feminino, regulando de dois a cinco anos de idade. Vimo-los ontem na Prefeitura de Polícia, donde foram conduzidos para o Asilo de Órfãos, a cujos cuidados estão entregues.”*¹³

O fato de ‘os bugrinhos capturados’ serem meninas era apenas um mero detalhe que ao que parece pouco importava. Temos, portanto, um exemplo contundente de que antes de serem homens, mulheres ou crianças, eram bugres e como tais deviam permanecer. Assim eles continuam a ser representados pela historiografia catarinense local. Quando muito, mulheres e crianças aparecem como uma extensão do indivíduo bugre:

*“Quando iniciou a implantação do projeto colonizador na região que compreende o atual município de Maravilha, não havia aqui grupos de nativos organizados. De quando em vez passavam ‘bugres’, acompanhados pela família, (...)”*¹⁴

Nas raras ocasiões em que o indígena deixa de ser genérico e há uma preocupação em diferenciar índios e índias, isso é feito para ressaltar a posição de superioridade do homem em relação a mulher e até nesse sentido o silenciamento é utilizado na construção do discurso. Vejamos

neste trecho do livro sobre a cidade de Videira, escrito pela jornalista Alzira Scapin, como se dá este silenciamento apesar das mulheres serem citadas:

*“Na sociedade Xockleng o homem tinha o papel mais destacado que a mulher, a ele cabia o trabalho da caça que era realizado juntamente com seus irmãos, filhos, primos em primeiro grau e indivíduos cujos pais foram companheiros de caça de seu pai, formando assim um pequeno grupo em constante busca de alimento.”*¹⁵

Ao dizer que na sociedade Xockleng¹⁶ o homem tinha papel mais destacado descarta-se a necessidade de descrever o que cabia à mulher fazer na comunidade, pois seu fazer era considerado secundário ou sem importância. Isso não só silencia as práticas femininas como não questiona e até mesmo perpetua a idéia, errônea, de que os afazeres femininos e as próprias mulheres ocupam lugares subalternos e têm importância secundária na sociedade Xockleng. Continuando a análise deste texto, chegamos a descrição do grupo Kaingang¹⁷ e o que é ressaltado é o fato de praticarem uma agricultura em pequena escala e de serem a caça e a pesca consideradas práticas secundárias na economia do grupo. A autora não comenta quem fazia o que nas práticas econômicas da comunidade Kaingang, neste caso a divisão sexual do trabalho parece não ser interessante ressaltar, pelo fato talvez da caça também ser ‘tarefa’ masculina nesta sociedade. Isso obviamente implicaria entrar num campo de considerações delicadas para a autora ou para aqueles a quem se destina a leitura do livro, nem ao menos a existência de possíveis relações igualitárias é considerada. Mais um exemplo de como a escolha de palavras pode silenciar outros sentidos indesejáveis.

Refletir sobre o silêncio e a natureza histórica da significação nos revela que um sentido não é possível quando ele não é necessário historicamente. Assim os sentidos não necessários são silenciados e as significações migram, por exemplo, os sentidos do feminino que são silenciados na sua expressividade social própria acabam significando de outro modo, por exemplo, na moda. Segundo Eni Orlandi é deste modo que podemos conceber o político no que chamamos de silêncio.¹⁸ Consciente ou não, há a necessidade de silenciar determinados sentidos do feminino e isso transparece nos relatos analisados. Nos poucos casos em que mulheres índias são citadas o sentido significado é o da maternidade: “Uma das índias estava grávida. Abriram o ventre, tinha gêmeos”,¹⁹ ou ainda o relato no qual uma índia amamenta seu filho e é atingida pelas costas por um colono que saía para caçar!²⁰. Imaginar estas cenas chocantes, nos faz perceber o absurdo e o terror que foi a experiência vivida por indígenas e colonos na época da colonização de Santa Catarina, nos faz, principalmente sentir remorsos. Era exatamente esta a intenção de Pe. Leonir Dall’Alba ao descrever estas cenas, colhidas de relatos de colonos e seus descendentes, fazer-nos olhar para trás e ver a tragédia que se abateu sobre um povo, esses elementos estão presentes na maior parte de seus

livros. Mulheres e crianças são as vítimas inocentes, é deste modo que elas aparecem nos relatos com maior frequência, principalmente mães a mostrar seus filhos e implorar por suas vidas.

Ao mesmo tempo, em raros momentos é possível o vislumbre de uma mudança nas imagens utilizadas para chocar e conscientizar do genocídio, no mesmo texto de Pe. Dall’Alba podemos encontrar um trecho que descreve o caso de uma mocinha, a única sobrevivente de uma chacina, os bugreiros²¹ quiseram levá-la com eles. “Mas agarrava-se a tudo que era arbusto na picada mordida e arranhava como um tigre, tanto que perderam a paciência, e acabaram trucidando-a também”.²² Apesar de não ser esta a intenção do autor, este trecho mostra que elas também resistiram, fato muito natural mas que não é um sentido necessário que se queira atribuir a mocinhas. A atitude da mocinha foi comparada, pelos que contam o ocorrido, com a de um animal muito temido, que representava perigo, e sua sorte era a morte.

Outro texto que mostra tentativas de mudar um pouco esses discursos encontramos no livro organizado por Rogério Marcos Lenzi “Itajaí: outras histórias”, este texto escrito por Cristiano Schaffert de Amorim apesar de ser bem sucinto, faz um apanhado geral sobre os indígenas da região de Itajaí, principalmente Carijós²³ e Botocudos e procura descrever as duas sociedades apontando a participação de homens, mulheres, crianças e velhos:

“Na sociedade dos Carijós, homens e mulheres dividiam as tarefas de sobrevivência todos os dias (...)”.

“Assim como vimos na Cultura Carijó, as decisões (na sociedade dos Botocudos) eram compartilhadas: homens, mulheres e crianças dividiam respeito mútuo. Não havia repressão sexual e na maioria das vezes as meninas podiam engravidar após um período de isolamento (que começava, em alguns casos, na primeira menstruação, dependendo do seu porte físico)”.²⁴

Podemos imaginar claramente porque certas descrições das sociedades indígenas não são interessantes nem oportunas de serem feitas. Muitos dos costumes indígenas, sejam eles Carijós, Xockleng, Kaingang, com todas as suas diferenças, além de contrariarem costumes da nossa sociedade dita ‘civilizada’, também obrigam a vermos estas sociedades com outros olhos, que não os do etnocentrismo, que tentam, a tudo que é do ‘outro’, simplificar e generalizar. Os sentidos que suscitariam estas descrições vão de encontro ao ideal identitário que a sociedade organizada e o poder político tentam a todo momento construir e manter.

Assim como os estudos feministas, escrever sobre o silêncio é caminhar em terreno movediço, sofrer os efeitos de não saber caminhar entre o dito e o não-dito. Seguindo o pensamento de Orlandi a intenção aqui não é a interpretação do silêncio mas a sua compreensão. Não se quer aqui chegar a determinação de uma verdade, a única possível, mas antes tentar perceber quais os motivos por trás

de determinadas práticas discursivas? Quais os sentidos que interessam ou não construir. A compreensão do silêncio passa pela historicidade, é através dela “que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que os colocou no silêncio. Nem por isso eles deixam de significar em nossa história.”²⁵

É nesta perspectiva que compreende-se aqui o silêncio sobre a mulher indígena. Elas são citadas para atingir certos objetivos seguindo determinados sentidos de masculino e feminino que se considera ideais para a sociedade. Além disso, a mulher indígena não conta quando se fala em identidade Catarinense, isso seria ter que levar em conta a mestiçagem, aquela formadora do povo brasileiro, mas que só é lembrada porque está muito distante, no passado colonial do país. Essa mestiçagem estaria muito próxima, recente demais, na segunda metade do século XIX e início do século XX. A identidade que se pretende construir, reafirmar e manter não permite a sua presença, uma Santa Catarina branca e européia para vender nas festas de Outubro, que acaba encobrindo a mestiçagem do povo catarinense. Que não nos espante o espanto daqueles que ao chegar em Santa Catarina, vindos do Norte-Nordeste do país, não encontram apenas loirinhos e olhos azuis.

Notas

** Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ DIAS, Maria Odila L. da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA e BRUSCHINI (orgs). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos tempos, ..., p.39

² SERPA, Élio Cantalício. A Identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.4, n°20, pp.63-79, 1996

³ WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. In: *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n° 2, pp. 5-15, 1994

⁴ WOLFF, Cristina S., op.cit. p. 09

⁵ SAMUEL, Raphael. História oral e história local. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.19, set89/fev90, p.219-243

⁶ SEIXAS, Jaci Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba, n.32, p.94, jan./jun., 2000 Editora da UFPR

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

⁸ BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 5ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.55

⁹ Toda a reflexão que segue baseia-se nos seguintes livros de ORLANDI: *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990 e *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1997

¹⁰ ORLANDI, Eni P. e *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p.66

¹¹ ORLANDI, Eni, op.cit. p. 75

¹² SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1991, p.78

¹³ BORTOLOTTI, Zulmar H. *História de Nova Veneza*. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992, p. 63

¹⁴ GIALDI, Francisco. Maravilha. *Sua terra, sua gente, sua história*. Porto Alegre: EST, 1993, p.48

¹⁵ SCAPIN, Alzira. *Videira nos caminhos de sua história*. Vol.I. Videira: Prefeitura municipal de Videira, Administração 1993/96, [s/d], p. 08

¹⁶ Os Xokleng são um grupo indígena de língua Jê. Também conhecidos como botocudos pelo fato dos homens utilizarem um pequeno cilindro de madeira (botoque) no lábio inferior perfurado, nômades, percorriam as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil. Um estudo importante sobre esta sociedade foi desenvolvido por Silvio Coelho dos Santos em *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Lunardelli, 1973.

¹⁷ Os Kaingang também pertencem ao grupo linguístico Jê, aparentados da língua Xokleng. Eram seminômades viviam da caça e da coleta como os Xokleng, mas além disso viviam de uma horticultura, destacando-se a cultura do milho. Ocupavam as terras interiores do planalto e o meio-oeste catarinense e chegavam a disputar com os Xokleng os pinheirais do Planalto Serrano quando estes subiam a Serra no inverno para coletar pinhão, elemento importante nos seus hábitos alimentares. Ver mais detalhes em LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, pp. 73-82.

¹⁸ ORLANDI, Eni, op.cit. p. 160

¹⁹ DALL'ALBA, Pe. João Leonir. *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*. Florianópolis: ed. do autor, Instituto São José, 1986,

²⁰ DALL'ALBA, Pe. João Leonir. *Pioneiros nas terras dos Condes. História de Orleans I*. Orleans: [s.ed.], 1971, p. 172

²¹ Bugreiros eram denominados os homens contratados para 'afugentar' os grupos indígenas que rondavam as propriedades de colonos, acabaram sendo responsáveis por inúmeras chacinas e capturas de mulheres e crianças que sobreviviam aos ataques.

²² Ibidem, p. 171

²³ Os Carijós eram um grupo indígena da tradição linguística Tupi-Guarani, ocupavam as terras do litoral e sua presença no litoral catarinense data do século XV. Ver mais detalhes em LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, pp. 73-82.

²⁴ AMORIM, Cristiano Schaufert de. Carijós e Botocudos nas terras do Rio Itajaí. In: LENZI, Rogério Marcos (org). *Itajaí: outras histórias*. Itajaí: Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002, p. 13 - 23

²⁵ ORLANDI, Eni, op.cit. p. 59